

A religião ainda importa?



» MARTA HELENA DE FREITAS
Professora doutora,
coordenadora do Laboratório
de Religião, Saúde Mental
e Cultura na Universidade
Católica de Brasília (UCB)

Assistimos aos impactos mundiais da morte do papa Francisco e da eleição do novo papa Leão XIV. Foi pelo WhatsApp que me chegaram as primeiras notícias e reações: "Triste perda, liderança rara, nesses tempos feios"; "Independentemente da religião, todos admitem sua força, coragem, humildade e defesa dos pobres"; "Um líder, sempre em favor dos pobres, dos Palestinos, imigrantes... chorei, viu?"

As reações, algumas céticas outras não necessariamente católicas, comungam entre si o sentimento de perda diante da morte de alguém que as representava, de algum modo, por buscar realizar um sentido de vida, de humanidade, de valores em prol de um mundo melhor. Daí a pergunta: será que a religião ainda importa?

Há dois modos de se pensar uma possível resposta. De um lado, o peso das religiões no mundo contemporâneo. Eis a resposta oferecida por um aplicativo de inteligência artificial (IA): "Sim, a religião exerce influência profunda na humanidade, moldando culturas, comportamentos e valores. Ela oferece sentido à vida, esperança e estrutura moral que orienta as ações dos indivíduos

e comunidades. Além disso, a religião pode ser fonte de conforto, paz e comunidade para milhões de pessoas."

Como pesquisadora em psicologia da religião há tantos anos, não posso discordar dessa resposta, por mais críticas que eu tenha à mera busca de definições dadas por IA, em vez de se ir beber em fonte cristalina, referências acadêmicas e científicas. Mas, nesse caso, meu critério de validação da resposta é o mundo da vida, que pode estar aquém ou além da ciência objetiva. Se fosse desvalidar a resposta via julgamento prévio, e negativo, contra respostas dadas por IA, sem preocupações mais genuínas voltadas ao mundo da vida ou baseadas nos conhecimentos sobre o assunto, estaria simplesmente enviesada por "dogma" ou "doutrina" prévia.

No caso do papa Francisco, ainda que ele fosse oficialmente o principal líder, autoridade sagrada, representante da Igreja Católica, o que ele impulsionou de sentido no mundo da vida foi para muito além da própria Igreja, chegando a ser amado até pelos que se declaram ateus e/ou críticos do cristianismo. O mundo da vida validou sua influência, que ultrapassou muros de sua própria religião. Isso nos remete ao segundo aspecto embutido na pergunta: será que importa mesmo a religião ou o que importa é o que a pessoa é independentemente de sua religião?

As diversas religiões promovem formas específicas de ser, ver e ler o mundo, alimentam valores e baseiam-se em crenças e dogmas compartilhados por uma doutrina e, com isso, orientam ações variadas. Mas, quando essa

diversidade se dá a preço de se desqualificar a alteridade, instala competições e violências, redundando em ações destrutivas que desvalidam as religiões para além do terreno que as comporta ou mesmo dentro do próprio nicho. Assim, a resposta para a questão de se a religião ainda importa é: sim e não. Ela importa enquanto conjunto de valores e ações propulsoras no mundo da vida. Ela não importa quando se trata de aceitar e acolher diferentes formas de existir no mundo, religiosas e/ou não religiosas.

A postura aberta ajuda a pensar e a compreender o quanto importa o perfil do novo papa. E aqui, de novo, compartilho impressões de colegas pesquisadores em psicologia: "Temos um novo papa e um papa novo, com 69 anos. Vitalidade para lidar com o que o espera!"; "Primeiro papa norte-americano, mas agostiniano, concilia tradição, apostolado, sensibilidade, missão social"; "Tem o nome de Leão XIV, mesmo nome de grandes reformadores e pacificadores da Igreja e também do discípulo mais fiel e secretário de São Francisco"; "Momento de esperar: depois da perda de um grande líder, temos outro comprometido em fazer pontes".

De minha parte, gosto de ver o sorriso aberto estampado nas fotos de Robert Francis Prevost. Um sorriso que se estende para além da boca, alcança toda a face e ilumina os olhos. Ali se mostra claramente onde a religião importa e onde não importa. Se o cristianismo o fez essa pessoa que sorri com os olhos, esse seu sorriso também estampa um acolhimento que o ultrapassa.

Por um novo pacto de suporte à ciência



» MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES
Pesquisador da
Embrapa Agroenergia

A ciência vive tempos de incerteza. Em várias partes do mundo, observa-se o enfraquecimento do apoio público à pesquisa, a perda de vigor de instituições científicas e a ascensão de discursos que deslegitimam o conhecimento baseado em evidências. Crises econômicas, tensões geopolíticas e o avanço de movimentos anticiência expõem fragilidades estruturais e impõem a urgente necessidade de reinvenção.

Mais do que reagir à escassez de recursos, é preciso reimaginar o papel da ciência como alavanca de soberania, inovação transformadora, justiça social e desenvolvimento sustentável. No Brasil, apesar da existência de instituições consolidadas e de um capital humano qualificado, a ciência ainda opera em um sistema vulnerável à instabilidade orçamentária, à descontinuidade política e à ausência de estratégias de longo prazo.

Por isso, a reinvenção do financiamento científico deve ir além de soluções técnicas ou orçamentárias. Trata-se de uma questão estratégica, que exige um novo pacto nacional pelo conhecimento, capaz de garantir estabilidade, autonomia e impacto. Mas essa transformação exige também a renovação das próprias instituições científicas, que precisam se libertar de modelos mentais e estruturas organizacionais anacrônicas.

O mundo de hoje requer organizações mais abertas, colaborativas e orientadas por missões públicas claras, com forte interface com a sociedade e capacidade de operar em redes interdisciplinares. A ciência do século 21 deve assumir com mais vigor sua vocação pública, adotando abordagens sistêmicas e multifuncionais diante de desafios complexos como clima, energia, biodiversidade, alimentação e saúde.

Quando as instituições demonstram inovação, responsabilidade social e aderência a agendas relevantes, tornam-se naturalmente mais aptas a atrair aportes diversificados. Fundos patrimoniais, filantropia estratégica, parcerias com o setor produtivo e modelos híbridos de financiamento ganham força quando encontram estruturas confiáveis, ágeis e capazes de prestar contas e comunicar valor.

Esse novo arranjo exige um reposicionamento: não basta esperar por mais recursos — é preciso mostrar para que servem, como serão utilizados e quais transformações se esperam alcançar. Organizações que se ajustarem a esse tempo de maior exigência e interdependência estarão melhor posicionadas para sustentar agendas de futuro, com crescente autonomia financeira e relevância pública.

Um fator ainda pouco mobilizado no Brasil, mas com enorme potencial, é o envolvimento de grandes patrimônios privados com o fomento à ciência. Nos Estados Unidos, a filantropia científica está enraizada na cultura institucional. Famílias e fundações financiam centros de excelência, bolsas e infraestrutura de pesquisa com visão estratégica e de longo prazo.

No Brasil, esse modelo ainda é incipiente — mas não ausente. Um exemplo notável é o do cineasta João Moreira Salles, que criou o Instituto Serrapilheira, com uma doação inicial de R\$ 350 milhões (cerca de 100 milhões de dólares à época). O instituto apoia jovens talentos e projetos ousados com independência, visão e foco em excelência científica. Esse tipo de engajamento pode inspirar outros grupos econômicos e indivíduos com perfil modernizador e consciência pública.

A agricultura brasileira oferece um exemplo eloquente: a pesquisa pública foi decisiva para transformar a agricultura tropical, dando origem a um agronegócio competitivo e globalizado. Hoje, o setor reúne algumas das maiores corporações do país, com enorme poder econômico. No entanto, o retorno estratégico à ciência que o originou ainda é tímido. Se essas corporações reconhecerem que sua própria sustentabilidade depende de ecossistemas de pesquisa vigorosos, poderão tornar-se aliadas centrais na construção de mecanismos de financiamento mais sólidos e perenes.

O Brasil precisa de uma nova narrativa para a ciência — uma narrativa que reconheça seu valor estratégico, seu papel na construção de uma sociedade mais justa e seu potencial transformador. E precisa, também, de instituições capazes de dialogar com esse novo tempo: menos burocráticas, mais abertas ao risco, guiadas por missões públicas e comprometidas com impacto real.

Construir esse novo pacto exige a articulação de instrumentos financeiros inovadores, instituições renovadas e uma sociedade mais consciente de que investir em conhecimento é investir em seu próprio futuro. O Estado continuará sendo ator central, mas deve ser complementado por uma rede mais ampla de parceiros: setor privado, filantropia, academia, sociedade civil e juventude.

Reinventar o financiamento da ciência é, em última instância, reinventar o próprio projeto de país. Um Brasil democrático, soberano e sustentável não pode abrir mão da inteligência coletiva que sua ciência representa. O futuro depende de instituições capazes de enfrentar desafios complexos com visão e agilidade — e uma sociedade disposta a apostar no conhecimento como motor de transformação e legado para as próximas gerações.



O Brasil precisa lembrar-se do Rio Doce



» MÁRCIO MACÊDO
Ministro da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Às vezes, os fatos se distanciam no tempo e a sociedade se desconecta deles, mesmo numa tragédia como o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, maior desastre ambiental do país. Atingiu Minas Gerais e Espírito Santo e também todas as pessoas que sonham com um mundo sustentável, que respeite os limites do nosso planeta.

O governo do presidente Lula, numa ação coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência da República — que lidero — com o apoio de mais 13 ministérios, além de autarquias, empresas, bancos públicos federais e a defensoria pública, fez a primeira Caravana Interministerial depois da homologação do novo acordo do Rio Doce, pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Os objetivos foram levar informações precisas sobre o novo acordo e também ouvir. Ouvir e entender a dor de milhares de famílias que, quase 10 anos depois da tragédia, ainda não recuperaram as fontes de onde tiravam o sustento, especialmente agropecuária e pesca; não recuperaram a saúde física e mental que tinham antes do desastre pelo qual respondem as mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton Brasil.

Noventa técnicos dos 14 ministérios, divididos em cinco equipes, rodaram 3.040 quilômetros e foram a 22 territórios, em 18 municípios em toda a Bacia do Rio Doce, inclusive na foz do rio, no Espírito Santo e no litoral capixaba. Três equipes tiveram como público-alvo indígenas, quilombolas, faiscadores e garimpeiros tradicionais. Mais de 11.500 pessoas participaram presencialmente.

Quando assumiu a Presidência, o presidente Lula determinou que o acordo que estava sendo fechado fosse renegociado para que as famílias atingidas pudessem ter garantias concretas de reparação individual e medidas compensatórias coletivas. Além, é claro, de acelerar a reparação dos danos ambientais, ainda longe de ser concluída. Sabia que seria necessário que o governo tomasse para si parte da responsabilidade na construção e implementação do novo acordo. E assim foi feito. Em linhas gerais, as mineradoras têm obrigação de arcar com as indenizações individuais, a recuperação ambiental e de destinar R\$ 49 bilhões, em 20 anos, para o Fundo Rio Doce gerido pelo BNDES, que abastecerá as ações, programas e projetos coordenados e executados pelo governo federal, ao longo de duas décadas. Os projetos coletivos, como os de saúde e educação, serão para todas as famílias, mesmo nas cidades em que os prefeitos se negaram a assinar o acordo que, se não é o dos sonhos, foi o melhor possível.

Entre as ações do novo acordo, está o Fundo Popular: R\$ 5 bilhões para projetos propostos

pelos moradores e a sociedade civil organizada da área do desastre. O fórum de decisão será o Conselho Federal de Participação Social com participação paritária de governo e sociedade civil. Será injeção direta de recursos no que as famílias apresentarem como prioritário em cinco áreas, como economia popular e solidária, segurança alimentar e nutricional, e tecnologias sociais e ambientais. Mais um exemplo de democracia direta por parte deste governo. Uma demonstração de que é possível construir novas formas de governar, de estar junto dos que mais precisam, dando protagonismo a eles.

Como biólogo, preocupa-me também a demora da recuperação ambiental. As empresas têm obrigação de retirar até 9,15 milhões de metros cúbicos de rejeitos que ainda estão na área do reservatório da usina de Candonga, perto de Mariana. Também estão obrigadas a reflorestar 54 mil hectares e recuperar 5 mil nascentes. ICMBio, Ibama e a Universidade Federal do Espírito Santo fazem o monitoramento de toda a Bacia. De acordo com esses órgãos, ainda hoje o Rio Doce tem zonas de contaminação por alumínio, cromo e até arsênio. Parte da fauna própria do rio desapareceu. Essa fiscalização também pode ser reforçada por todos os brasileiros e brasileiras. As ações previstas no novo acordo podem dar nova vida ao Rio Doce. Estando juntos, todos e todas, o novo acordo tem tudo para ser um ponto da nossa história que o passar do tempo revelará a grandeza desses atos.